



PRIMEIRA LINHA ENTREVISTA

FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA PRESIDENTE DA APB

Nacionalizar o Novo Banco?

“Não teríamos nada a objectar”

A nacionalização do Novo Banco “é uma possibilidade” que Faria de Oliveira admite apoiar se o Estado assumir os custos. O líder dos banqueiros defende a injeção de dinheiro público na CGD e necessidade de pensamento estratégico para fortalecer a banca.

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) defende que deve haver consolidação da banca, mas com defesa da diversidade e concorrência. Sobre o Novo Banco, admite apoiar a nacionalização. Mas não fala da sua eventual integração no BCP.

Face ao contexto económico e regulatório, há capacidade do sistema de responder a mais exigências sem fundos públicos?

Não pode haver ajudas de Estado que não sejam precedidas da resolução das instituições. Não há nenhum banco que não tenha rácios de capital claramente acima dos mínimos. O que pode acontecer é que, por força das acções de supervisão, possa ser requerido mais capital. Os bancos têm de estar preparados para aumentar capital. O melhor seria por via orgânica, através dos resultados. Depois há a redução de activos, o que significa limitar o crédito ou vender actividades “não-core”, que é marginal. Tudo isto tem levado ao “brua” sobre o sistema bancário e à questão da sua reconfiguração. Deveria falar-

se de fortalecimento do sistema bancário. A reconfiguração tem de considerar as necessidades de financiamento da economia. O sistema tem de ter bancos locais ou de proximidade que tenham grande capacidade de relacionamento e acompanhamento das empresas.

Esse deve ser o papel da CGD?

A Caixa, como banco público, tem de cumprir as instruções dos seus accionistas. Tem-lhe sido cometido o objectivo de aumentar significativamente o crédito às PME. O problema é que as regras de supervisão são muito restritivas em relação à concessão de crédito, devido ao crivo do risco. Há um segundo problema. A desalavancagem e capitalização são ainda mais importantes nas empresas. Na reconfiguração da banca, é muito importante que se mantenha concorrência. Mas na óptica de fortalecimento, pode fazer sentido que haja consolidações para reforçar o conjunto dos bancos.

Partilha das preocupações expressas no manifesto sobre a reconfiguração da banca, que apela à diversificação da origem do capital dos bancos e à redução do poder do BCE na reconfiguração?

É um contributo importante.

Quando fala na necessidade de preservar concorrência não está

a partilhar dessas preocupações?

O manifesto fala na diversidade da origem do capital. Não me quero pronunciar nos termos em que o tema tem vindo a lume. Estamos numa época em que um banco de um determinado país tem uma dispersão de capital extremamente elevada. Falar de bancos exclusivamente nacionais é relativo. O que importa é que os centros de decisão tomem em conta os interesses dos países onde o banco está localizado. A experiência da banca internacional em Portugal tem sido positiva.

Sob a troika vários bancos estrangeiros saíram de Portugal. Devem tirar-se lições?

É evidente. Tem muito a ver com a necessidade de assegurar um sistema financeiro português forte. Daí a necessidade de um pensamento estratégico sobre o futuro da banca, sob a égide do Governo e do Banco de Portugal (BdP). E os bancos devem ser fortemente envolvidos.

As ideias de preservar diversidade na concorrência e contribuir para o fortalecimento da banca com consolidação devem moldar esse pensamento estratégico?

Há dois factores muito importantes, o da estabilidade financeira e o factor político. No primeiro, importa ter bancos sólidos com grande capacidade de gestão, cumprindo as re-



“O adiamento de decisões de venda [de bancos] não tem trazido bons resultados.”

“A experiência da banca internacional em Portugal tem sido positiva.”



PERFIL

De ministro a líder dos banqueiros

Já foi ministro, já foi banqueiro. Hoje, Fernando Faria de Oliveira dá a cara pela banca portuguesa. Um sector que costumava ser elogiado e objecto da reverência pública e agora está debaixo de fortes críticas, até por parte de partidos que apoiam o actual Governo.

Aos 74 anos de idade, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) continua a defender os interesses do sector. Está no segundo mandato à frente da APB, cargo que ocupou depois de ter sido presidente da Caixa Geral de Depósitos. Antes de liderar o banco do Estado, foi responsável pela operação da CGD em Espanha, numa altura em que a instituição tinha ambições de crescer naquele mercado. Fosse através de um ambicioso programa de expansão orgânica ou através de aquisições.

Durante o Cavaquismo, foi ministro do Comércio e Turismo - desde então, foi próximo de Cavaco Silva, apoiando a sua eleição para Presidente da República. Ser ministro foi o culminar de mais de uma década em diversos governos. Depois, liderou o IPE, antigo instituto que geria diversas empresas do Estado, cargo de onde saiu para a CGD.

gras. Depois há a óptica política, em que outro tipo de considerações devem ser trazidas para cima da mesa e resolvidas politicamente.

Por exemplo?

Muitos dos temas do manifesto. Não quero pronunciar-me.

Veria com bons olhos que o Fundo de Resolução promovesse a fusão do Novo Banco (NB) e BCP? A APB não pode tomar posição.

Pode falar em nome dos bancos participantes do Fundo...

Os interesses podem não ser comuns, portanto, é muito difícil. Queremos que o sistema saia fortalecido. Isso passa por uma solução para o NB e que quem vier a ad-

quiri-lo dê todas as garantias reputacionais, de solidez e capacidade de gestão. Que haja uma minimização dos custos para o sistema. E que se evite por todos os modos uma subsídio pelos bancos concorrentes do NB.

O NB é uma espécie de elefante na sala da banca. Se não for vendido, deve ser nacionalizado?

Tenho muitas dúvidas de que possa ser nacionalizado no quadro vigente. Mesmo sendo banco de transição, para ser nacionalizado tinha de ter uma resolução. Isso traz problemas. A não ser que haja uma negociação política e que, por razões de interesse nacional, seja possível um "waiver" [dispensa] em relação [à obrigação de venda do NB].

A nacionalização feita com o Estado a assumir os custos do empréstimo para o NB...

Não tínhamos nada a objectar. Vejo é muita dificuldade que possa acontecer.

A banca poderia apoiar?

Foi feito em Inglaterra: o Estado nacionalizou os bancos, está a procurar reestruturá-los e rentabilizá-los para vender. No quadro vigente, há cinco anos de vida para um banco de transição. Até esse período, se houvesse capacidade negocial, era eventualmente uma possibilidade. Mas a experiência que temos tido com o adiamento de decisões de venda de instituições bancárias não tem trazido bons resultados.

Na CGD, acredita que Bruxelas autorizará o Estado a aumentar capital?

Sempre defendi, ainda era presidente da CGD, que não entendia que houvesse discriminação negativa pela natureza de capital. O tratado da União Europeia não discrimina entre capital privado, público e cooperativo. Uma interpretação do lado da disciplina das ajudas públicas que acabe por prejudicar aquilo que qualquer acionista privado faria, e o público não pode fazer, do meu ponto de vista é ideológico, não tem razão de existir. Temos argumentos muito fortes para tentar fazer valer um argumento que me parece irrefutável. Quando se tem razão, tem de se tentar lutar por ela.

No manifesto há críticas ao BCE. Portugal tem razão de queixa?

Há alguma distorção de concorrência motivada por certos países terem podido resolver a situação de debilidade do sistema financeiro com recurso a um tipo de instrumentos que hoje já não são possíveis de utilizar. Depois temos ainda a experiência pioneira de resolução de um banco sistémico que, em princípio, traz uma forte carga sobre o restante sistema bancário português. É mais uma desvantagem competitiva.

São argumentos para negociar junto das autoridades europeias?

Merecem uma reflexão profunda e uma tentativa de ver se há soluções para poder eliminar as desvantagens competitivas evidentes. ■





ID: 64356678

09-05-2016

PRIMEIRA LINHA ENTREVISTA A FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA

Propostas sobre taxas negativas são de “carácter populista”

Impor taxas negativas nos contratos de crédito e proibir as comissões bancárias são medidas de “carácter populista” e podem ter más consequências para o país, avisa Faria de Oliveira, lembrando que a banca “não é um serviço público”.

Miguel Baltazar

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

A recuperação da rentabilidade dos bancos exige “trabalho interno”. E travar medidas do Estado de “extremada defesa do consumidor, com carácter populista”, defende o líder da APB.

Com o novo Governo, mudou, para pior, a percepção sobre a situação da banca. Concorda?

Os holofotes sobre a banca tornaram-se muito mais intensos. Isso tem que ver com o discurso dos partidos que apoiam o Governo, não propriamente do PS. E também porque surgiram novos casos, designadamente o do Banif, quase em coincidência com a entrada em funções do Governo. A situação da banca é um legado da crise soberana, de um ciclo económico impar muito prolongado e do facto de terem ocorrido alguns casos no sector português que puseram em causa a sua reputação.

No Banif, o problema estava lá.

Estava em curso o processo de venda e, de repente, há necessidade de uma resolução, o que provocou surpresa. Os montantes necessários para o Banif foram muito elevados e causaram apreensão.

O legado de que fala mostra a luz ao fundo do túnel quanto a futuras necessidades de capital e à rentabilidade da banca?

Muito trabalho foi feito desde o programa de ajustamento. Quando foi negociado o memorando previu-se 12 mil milhões para o fundo de recapitalização. Com a recessão económica, o crédito malparado aumentou



enormemente. Havia uma subestimação das consequências da recessão, o balanço dos bancos começou a ser reparado, mas as imparidades subiram significativamente.

Nesse contexto e com mais exigências de solidez, os bancos podem ir buscar mais capital?

Têm-no feito. Embora não podemos ignorar que vivemos uma circunstância particularmente difícil. O nível de rentabilidade dos bancos é baixíssimo, nalguns casos negativo, e é muito difícil atrair capital. Esta limitação só pode ser resolvida se

conseguirmos atacar a fundo a questão da recuperação da rentabilidade. Isso necessita de actuação interna dos bancos (reduzir custos). E coerência das medidas a nível do Estado, que sejam compatíveis com o fortalecimento da solidez da banca. Não faz nenhum sentido pôr em prática medidas que acabam por prejudicar seriamente, por agravamento de custos e por restrição ao crescimento das receitas, a capacidade de os bancos recuperarem rentabilidade.

Fala das propostas do PCP e do BE para obrigar a deduzir a Eu-

“Se pretendem serviços gratuitos, os bancos têm de ser compensados pelo Estado.”

“O nível de rentabilidade dos bancos é baixíssimo e é muito difícil atrair capital.”



“Fico perplexo com tratamento público dado” ao BdP

“Importa acelerar a resolução do malparado”

A APB propôs ao Governo medidas para “acelerar a recuperação do malparado, promover a aceleração na reparação dos balanços dos bancos e diminuir desvantagens” face à Europa.

O primeiro-ministro propôs criar um veículo para o malparado. É oportuno?

Foi usado noutros países, mas noutras circunstâncias e com a possibilidade de apoios estatais que hoje há dúvidas que possam ser utilizados. O veículo pode ter interesse para uns bancos e não para outros. O que importa é acelerar a resolução do problema do crédito malparado. Seria um instrumento interessante desde que não conduzisse a mais problemas de capital. Há um conjunto de actuações possíveis por parte do Estado no que diz respeito à aceleração da recuperação de crédito malparado, que são estritamente de natureza fiscal, legal e jurídica.

Já fizeram alguma proposta nesse sentido ao Governo?

Acabámos de elaborar um documento para o sr. ministro das Finanças. Que tem a ver com recuperação de insolvências e execução de garantias.

Que mais tem esse pacote?

Esse pacote é exclusivamente centrado em medidas de carácter fiscal, legal e jurídico.

Há condições para que seja adoptado e rapidamente?

É um conjunto de medidas que fazem todo o sentido para acelerar a recuperação do crédito malparado, promover a aceleração na reparação dos balanços dos bancos e diminuir desvantagens competitivas significativas que existem entre o sistema bancário português e o europeu, designadamente as que têm a ver com a questão dos custos contabilísticos não serem coincidentes temporalmente com os custos fiscais. ■

Em relação às taxas de juro negativas, o projecto está parado. É possível evitá-lo?

A aplicação das taxas de juro negativas na restante Europa só existe nos países onde os depósitos também podem ter taxas negativas. Os contratos de crédito são contratos de mútuo oneroso e, como tal, em nenhuma actividade económica, um serviço prestado por uma entidade ainda por cima tem de ser pago por essa entidade.

A definição do contrato de crédito implica que haja sempre uma remuneração, quanto mais não seja o “spread”?

Exactamente. O que deveria acontecer é que, há um indexante, que não deve ser inferior a zero. E depois há um “spread” que paga o prémio de risco da operação e uma parte da remuneração da operação. Este, como paga o prémio de risco, não muda pelo facto de a política de taxas de juro ser a que está em vigor. Não deveria ser mexido. Mas, no limite, em relação aos contratos antigos, embora não concordemos, pode admitir-se a taxa de juro final ser zero para os contratos antigos. Para os contratos novos, haveria necessidade de alterar a legislação de maneira a clarificar a questão.

O Governo deve recuar?

É a Assembleia da República (AR). Quando estive na AR, penso que levei argumentos de muito peso, mas não sei qual a posição final dos grupos parlamentares. Tenho esperança de que a racionalidade e a razoabilidade predominem.

E quanto à intenção assumida no programa do PS de limitar a cobrança de comissões?

Iria completamente à revelia do que se passa na Europa. Não estamos em condições para isso. ■

Faria de Oliveira apoia ajustamentos ao modelo de supervisão e defende Carlos Costa.

O Executivo abriu a reflexão sobre o sistema de supervisão. Deve haver mudanças?

Temos um sistema de supervisão tripartida. Há três modalidades: supervisor único; “twin peaks” ou dual, separando supervisão prudencial e comportamental; e regimes híbridos. Não há nenhum que transmita muito mais eficácia e eficiência. Por outro lado, temos um quadro de supervisão europeia construído quase ao espelho do que há em Portugal, separando mercado de capitais, seguros e banca. Isso não pode deixar de ser tido em consideração. Quanto à resolução de bancos, fazia sentido retirar essa delegação ao BdP. Parece essencial reforçar o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Governo e partidos que o apoiam têm criticado o BdP. Como vê estas posições?

Fico perplexo com o tratamento público dado a matérias extremamente sensíveis. A confiança nas instituições é fundamental. Qualquer ruído que ma-

nifeste falta de confiança numa instituição muito importante, não pode deixar de ter consequências negativas. Fragilizar qualquer instituição, fragiliza o país. Quem é que pode beneficiar desta situação? Os contestatários, os litigantes [contra BdP e Estado nos casos Banif e Novo Banco]. É fundamental que haja grande capacidade de diálogo, de coordenação, de cooperação, de desenvolvimento de trabalho comum entre o Governo e o BdP. É absolutamente indispensável.

Carlos Costa tem condições para concluir o mandato?

Tenho pelo Dr. Carlos Costa um grande apreço. É extremamente íntegro, com elevado sentido de responsabilidade, com sentido ético, de dever público e que, desde que é governador, enfrentou uma situação particularmente difícil. [Ficar até ao fim], depende dele e da capacidade de se criarem condições de funcionamento transparente e colaborativo com o Governo. Penso que ultimamente se nota, e as próprias afirmações do primeiro-ministro vão nesse sentido, que há uma clara melhoria das relações. ■

“Tenho pelo dr. Carlos Costa um grande apreço. É extremamente íntegro.”

“Quem pode beneficiar das críticas ao Banco de Portugal? Os litigantes.”

ribor negativa ou ideias para limitar as comissões, como propunha o programa do PS?

São propostas que se inserem muito numa óptica extremada de defesa do consumidor, com carácter populista. Não tomam em consideração os efeitos que podem provocar não apenas no sistema bancário, mas no próprio interesse da economia e dos cidadãos.

Se avançarem a rentabilidade será mais penalizada e os fundos públicos mais precisos?

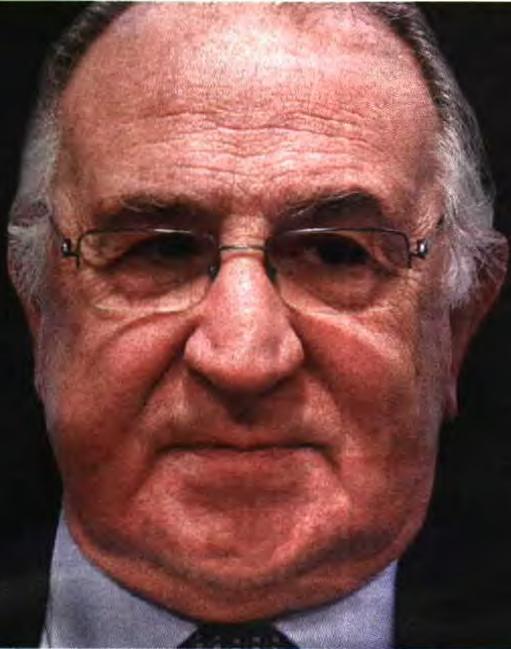
E não só. Independentemente de as medidas atentarem contra a liberdade contratual e o funcionamento da economia de mercado, e até contra a Constituição, a verdade é que afectam brutalmente a rentabilidade dos bancos e partem de pressupostos errados. Quando se procura limitar as comissões bancárias, partindo do pressuposto que têm aumentado quando diminuíram desde 2008, está-se a partir de premissas erradas.

A experiência das pessoas parece apontar para que se paguem hoje mais comissões.

Não pode haver a presunção de que o sistema bancário é um serviço público. O sistema bancário é uma actividade económica. Se pretendem a prestação de serviços gratuita, os bancos têm de ser compensados como noutras actividades em que o Estado paga pela prestação de serviços que não realiza, mas são importantes para os cidadãos. O sistema bancário tem de ser rentável. Se não for rentável, não tem possibilidade de acumular resultados que permitam a geração de capital orgânica. E hoje em dia, sem investidores interessados nos aumentos de capital, essa é a única via que os bancos têm de melhorar o seu capital.

ID: 64356678

09-05-2016



ENTREVISTA **FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA**

Nacionalizar o Novo Banco? “Não teríamos nada a objectar”

Líder dos banqueiros diz que impor taxas negativas nos contratos a crédito é uma medida “populista”.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7